

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CONSUMISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Clarissa Gaspar Massi¹

Andreia Virginia da Silva²

Matheus Henrique Gaspar Massi³

RESUMO

Os resíduos sólidos são um dos maiores desafios socioambientais encontrados na atualidade e a educação ambiental pode ser utilizada como um instrumento na tentativa de ao menos minimizar os impactos causados com relação a essa temática. O resíduo sólido é um tema muito presente em pesquisas e atividades realizadas no âmbito escolar. Entretanto, a maioria destas atividades são realizadas no ensino fundamental possuindo uma concepção da educação ambiental reducionista, ou seja, aquela voltada ao comportamento, não fazendo relação da natureza com os modelos de produção e questões sociais, como por exemplo, transformar uma garrafa pet em puff. A escola pode e deve oferecer momentos de reflexão sobre as questões socioambientais junto às crianças, desde a Educação infantil. Além disso, foi desenvolvido um trabalho que teve como objeto elaborar, desenvolver e avaliar um processo formativo de Educação Ambiental crítica com crianças do Centro Municipal de Educação Infantil Ieda Garcia Takana, localizado no Município de Jataizinho-PR. Optou-se por uma sequência didática com atividades envolvendo as relações entre consumo, consumismo e obsolescência programada. Os dados foram registrados por meio de diário de campo. Com os resultados obtidos verificou-se que é possível fazer as primeiras aproximações com um viés crítico com crianças pequenas.

Palavras chave: Meio Ambiente; Políticas Públicas; Formação.

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL) - claragmassi@gmail.com

² Universidade Estadual de Londrina (UEL) - deia.virginia.silva@gmail.com

³ Universidade Estadual de Londrina (UEL) - claragmassi@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na atualidade, com o crescente aumento da população - sendo que a maior parte vive em área urbana - aliado ao desenvolvimento tecnológico, ao avanço mundial da indústria e a decorrente mudança nos modelos de consumo, a sociedade passou a demandar por mais recursos naturais e energia gerando quantidades cada vez maiores de resíduos (IPT/CEMPRE, 1995).

O processo de produção do espaço por meio das mudanças concretizadas natureza está fortemente vinculada ao capitalismo, Lefebvre (1976), observa que o capitalismo resistiu no século XX por um único meio: “pela ocupação do espaço, pela produção do espaço”.

Conforme Smith (1988, p. 94)

A produção capitalista (é a apropriação da natureza) é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade em particular: lucro. Na busca do lucro, o capital ocorre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino das coisas.

A partir de busca incessante somente de lucro, o meio ambiente se trata apenas de matéria-prima que visa a satisfação de necessidades, elevando a produção/destrutiva, à concepção de novas necessidades que não atendam às necessidades enriquecedoras mas exclusivamente correspondem a estilos de vida da sociedade do descartável.

Prevalece a produção de mercadorias com prazo de duração cada vez menor e usa de maneira ativa o espaço para gerar mais intensificando a problemática ambiental.

Segundo Bidone (1999, p. 14) em um passado não muito distante a geração de resíduos sólidos urbanos era apenas algumas dezenas de quilos por habitante/ano. Atualmente, no Brasil, a geração total de resíduos sólidos no ano de 2014 foi de aproximadamente 78,6 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 2,9 % de um

ano para o outro, índice superior à taxa de crescimento populacional no país no período, que foi de 0,9% (ABRELPE, 2014).

O modelo de consumo adotado pela sociedade contemporânea mundial é insustentável, reconhece-se que este modelo acarreta no esgotamento dos recursos naturais, a pobreza e o desequilíbrio (TAYRA e RIBEIRO, 2007).

Mais de 58% dos resíduos sólidos urbanos recolhidos têm destinação adequada; 41,7% vão para 1.569 lixões e “aterros controlados” em 3.344 municípios (ABRELPE, 2014). Devido a essa enorme quantidade de resíduos, existe a preocupação com o esgotamento das áreas disponíveis para aterros sanitários, principalmente nas grandes cidades, tornando cada vez mais essencial a redução dos volumes dos resíduos (GÜNTHER, 2005).

Com o crescimento da população, a intensificação das atividades humanas, foram alguns dos fatores responsáveis pelo aumento elevado do consumo. Na contramão, não somente um aumento das quantidades de resíduos gerados, mas também com a tecnologia que tornou cada vez mais os produtos obsoletos, com características físico-químicas que aumentam a duração de seu processo de decomposição, tornando-se um grande problema para as administrações públicas.

Deste modo, o resíduo sólido urbano atinge de maneira mediata e imediata a uma vida digna, ou seja, os valores relacionados com saúde, habitação, lazer, segurança, direito ao trabalho e outros elementos de uma vida saudável e com qualidade. Além de atingir o meio ambiente urbano, verificamos que o lixo é um fenômeno que agride também o próprio meio ambiente natural (agressão do solo, da água, do ar), bem como o cultural, desconfigurando valores estéticos do espaço urbano (FIORILLO, 2013).

Devido ao elevado aumento do consumo, a coleta, o acondicionamento, o tratamento, o transporte e o destino final dos resíduos se tornaram mais complexos, havendo a necessidade de adotar medidas mais efetivas na esfera nacional (SIRVINSKAS, 2013).

Para Antonio e Gomes (2008, p.116)

Os problemas, causado pelos resíduos sólidos não são unicamente causados pelo aumento da produção de resíduos, mas pelo tratamento

inadequado que recebem. Na grande parte das cidades os resíduos sólidos têm como destino final os depósitos, nos quais o lixo é simplesmente descarregado sem qualquer tratamento, e em alguns casos, também são dispostos resíduos industriais e de serviços de saúde, de forma descontrolada, e sem medidas prévias de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública. Além, da poluição visual, mau odor e desvalorização imobiliária da região, entre outros que não são levadas em consideração pelos planos imediatistas de destinação final dos resíduos urbanos.

Esses elementos, vinculados aos problemas econômico-sociais dos grandes centros urbanos, com a contínua degradação do meio ambiente, agravam as condições de vida do ser humano, proporcionando implicações à saúde e deterioração dos serviços e do próprio tratamento dos resíduos sólidos (FIORILLO, 2013).

Como fator agravante o manejo inadequado dos resíduos sólidos, desde a geração até a destinação final, tem causado impactos ambientais, problemas sociais, econômicos e por consequência à saúde pública. Deste modo, houve a necessidade de criar uma Lei específica que tratasse acerca dos resíduos sólidos na esfera nacional.

Após 21 anos de discussões no Congresso Nacional, foi aprovada e sancionada a Lei 12.305 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e apresentou princípios, objetivos, diretrizes e metas para o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos. A referida Lei, possui importantes instrumentos que adotam o progresso imprescindível ao País ao confronto dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos resultante do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

A PNRS está aliada à redução do consumo e a não geração de resíduos, tendo como recomendação a prática reiterada de hábitos de consumo sustentável no cotidiano e um conjunto de instrumentos para facilitar o acréscimo da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que possui valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).

Com a referida Lei iniciou-se a articulação institucional envolvendo os três entes federados – União, Estados e Municípios, o setor produtivo e a sociedade em geral, na

procura de soluções para os sérios problemas e de grande abrangência territorial que envolve a qualidade de vida da população brasileira. Baseado no conceito de responsabilidade compartilhada, a sociedade no geral - cidadãos, governos, setor privado e sociedade civil organizada – é responsável pela gestão ambiental de maneira correta dos resíduos sólidos. Deste modo, o indivíduo passa a ser responsável não somente pela disposição correta dos resíduos que gera, mas também no momento do consumo.

As gerações de consumidores crescem cada vez mais sem compreender a analogia existente entre consumo e meio ambiente e, o que é mais alarmante, reproduzindo clichês de ambientalistas como “cuide do planeta hoje para que nossos filhos e netos tenham direito a um futuro.”

Os recursos naturais do Planeta Terra são limitados, portanto é necessário que os indivíduos aprendam a suprir suas necessidades do cotidiano utilizando cada vez menos. Entretanto, essa ação não será realizada se as crianças e jovens darem continuidade ao consumo desenfreado e irracional, inconscientes das trágicas consequências já conhecidas como: desmatamento das florestas, contaminação e escassez de água, mudanças climáticas, dentre outros danos.

Posto isto, é demonstrado o importante papel que a criança exerce na sociedade de consumo e que algo precisa urgentemente ser feito, principalmente com relação as crianças.

Nove anos após a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi inserido no Município de Jataizinho a coleta seletiva de materiais reciclados.

Devido a isso, e com base no curso de formação de educadores ambientais, organizado por Clarissa Gaspar Massi doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, foi desenvolvido um projeto de educação ambiental implantado no Centro Municipal de Educação Infantil Ieda Garcia Takana, no Município de Jataizinho no estado do Paraná, possuindo como tema resíduos sólidos.

A Lei Federal n.12.305 de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, demonstrando a importância da Educação Ambiental como instrumento

utilizado à concretização de políticas públicas referentes à minimização de impactos ambientais causados pela geração de resíduos (BRASIL, 2010).

Os conceitos, metodologias e abordagens da Educação Ambiental transformaram-se no decorrer do tempo. Estas alterações estão vinculadas diretamente aos conceitos impostos ao meio ambiente e justificam-se devido à maneira como o homem entende, sente e reflete sobre o ambiente (DIAS, 1998).

Seguindo este raciocínio, existem debates sobre as diferentes maneiras de ver e perceber o mundo e os problemas referentes à questão ambiental, uma visão integrada do meio ambiente e outra reducionista. Estas diferenças produzem resultado em uma inevitável fragmentação nas práticas empregadas em Educação Ambiental, envolvendo sua interpretação, conceitos, práticas e metodologias (LOUREIRO et al., 2002 e Guimarães, 2005)

Quadro 1-Concepções de Educação Ambiental

Quanto à condição de ser Natureza	Certeza de que somos seres naturais e de que nos realizamos e redefinimos culturalmente o modo de existir na natureza pela própria dinâmica societária	Convicção de que houve um afastamento de nossa espécie de relações adequadas, idealmente concebidas como inerentes aos sistemas ditos naturais, sendo necessário o retorno a esta condição natural pela cópia das relações ecológicas
Quanto à condição existencial	Entendimento que somos constituídos por mediações múltiplas – sujeito social cuja liberdade e individualidade se definem na existência coletiva	Sujeito definido numa individualidade abstrata, numa racionalidade livre de condicionantes sociais, cuja capacidade de mudança se centra na dimensão —interior!
Quanto ao entendimento do que é educar	Educação como práxis e processo dialógico, crítico, problematizador e transformador das condições objetivas e subjetivas que formam a realidade	Educação como processo instrumental, comportamentalista, de adequação dos sujeitos a uma natureza vista como harmônica e como processo facilitador da inserção funcional destes na sociedade

<p>Quanto à finalidade do Processo educativo ambiental</p>	<p>Busca por transformação social, o que engloba indivíduos, grupos e classes sociais, culturas e estruturas, como base para a construção democrática de —sociedades sustentáveis e novos modos de se viver na natureza</p>	<p>Busca por mudança cultural e individual como suficiente para gerar desdobramentos sobre a sociedade e como forma de aprimorar as relações sociais, tendo como parâmetro as relações vistas como naturais, adotando geralmente uma abordagem funcionalista de sociedade e organicista de ser humano</p>
--	---	---

Fonte: LOUREIRO, 2008.

A presente pesquisa optou em utilizar a concepção crítica, no qual visa à capacitação de sujeitos sociais críticos, se tornando uma ferramenta de transformação, possuindo o intuito do sujeito adquirir atuações críticas transformadoras no cerne da sociedade capitalista.

Educar para a cidadania planetária implica muito mais do que uma filosofia educacional, do que o enunciado dos seus princípios. A educação para a cidadania implica numa revisão dos nossos currículos, uma reorganização de nossa visão de mundo da educação como espaço que é global e local ao mesmo tempo. Educar não seria, como dizia Émile Durkheim, a transmissão da cultura de uma geração para outra, mas a grande viagem de cada indivíduo no seu universo interior e no universo que o cerca (GADOTTI, 2000, p. 05).

Pretende-se avaliar o antes e após a aplicação de intervenções de educação ambiental desenvolvidas com os professores da CMEI Ieda Garcia Takana.

Desta forma sem deixar de respeitar o conhecimento prévio de cada criança, será inserida uma reflexão crítica acerca da problemática envolvendo o meio ambiente, possuindo como objetivo a inserção da mudança de hábitos e comportamento das crianças em relação ao consumo, gerenciamento e destinação de resíduos sólidos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Fato de extrema relevância, é que o consumismo faz parte desde cedo na vida das pessoas, possuindo início desde quando crianças, indefesas, reféns da “cultura do *shopping*” e carentes das ínfimas soluções para se proteger da cólera desenfreada da indústria das propagandas, que as faz trocar o brincar pelo comprar. E, gradativamente, também acabam se tornando incapazes de se formarem indivíduos que garantem seu lugar no mundo por meio da autossuficiência – que prescindir do relacional para existir, satisfazendo apenas ter os meios materiais para adquiri-la-, mas da coosuficiência (SILVA, 2009).

Segundo dados do Instituto ALANA, com base na revista *The Economist*, já revelaram que 80%⁴ das decisões referente às compras gerais de uma casa veem das crianças, tornando-as mira de publicitários como sendo instrumento de convencimento sobre os pais para a compra de produtos.

Para a ex ministra do Meio Ambiente Marina Silva (2009)

O triste é que as crianças estão substituindo o brincar pelo consumir. Com graves consequências para elas e para o meio ambiente. Paradoxalmente, são as crianças, adolescentes e jovens os que mais têm se mostrado sensíveis à preocupação com a proteção da natureza. Mas, hiperestimulados ao consumo, desde a mais tenra idade, não conseguem fazer ligação entre seus sinceros ideais de preservação dos recursos naturais – sem os quais serão prejudicados no futuro -, e o desenfreado consumo que ironicamente vai, aos poucos, os transformando em exterminadores de si mesmos. E esse talvez seja um “exterminador do futuro” mais preocupante do que o da ficção cinematográfica.

Na atualidade, verifica-se a dificuldade em abolir as propagandas infantis, pois elas estão atreladas a um sistema maior, ao capitalismo, enquanto ideologia de consumo.

⁴ 1MENDES, Beatriz. Publicidade Infantil: proibir ou não proibir? *Carta Capital*, São Paulo, 4. jul. 2012. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/sociedade/a-publicidade-infantil-em-debate>. Acesso em: 19 set. 2020.

Contudo, é importante analisar quais possibilidades existentes nas escolas para formar cidadãos mais críticos, que duvidem, que questionem.

Já na Educação Infantil problematizar a lógica consumista a partir do cotidiano das crianças, de situações problemas permeados pelo diálogo e mediações. Tratar sobre o consumismo, mola propulsora do sistema capitalista, em um projeto de Educação Ambiental crítica voltado a crianças é necessário e urgente.

O planejamento dessas práticas na CMEI Ieda Garcia Takana, localizada em Jataizinho-PR, procurou trabalhar linguagens próprias da Educação Infantil, tais como literatura, arte plástica, desenho animado, jogos e brincadeiras. As atividades foram planejadas de forma que as crianças interagissem com o professor e com seus pares em discussões na sala de aula, por meio de desafios, problematizações e situações concretas.

Figura 1- Aluna pintando o que gosta de comprar



Fonte: SILVA, 2019.

As atividades foram direcionadas, sobretudo, aos níveis IV e V considerando que essa faixa etária consegue socializar tanto verbalmente quanto por meio de desenhos suas percepções a partir do que foi proposto.

Figura 2



Fonte: SILVA, 2019

Todas buscaram contemplar aspectos considerados necessários para uma perspectiva crítica de Educação Ambiental: solidariedade, cooperação e coletividade.

- 1- Caixa do tesouro
- 2- Imagens: Você precisa ou quer para viver?
- 3- Qual seu maior desejo?
- 4- Análise de uma propaganda infantil
- 5- Tapete de rótulos
- 6- Desenho animado: “Lórax: Em busca da Trúfula perdida”

- 7- Literatura Infantil: “A velhinha que dava nome as coisas”
- 8- Curta metragem: “A geladeira fujona”
- 9- Feira de troca de brinquedos
- 10- Conhecendo os objetos antigos
- 11- Brincadeiras cooperativas: passa bambolê e trabalho de formiguinha
- 12- Jogo de percurso (consumismo X consumo consciente)
- 13- Música: “Não custa nada”
- 14- Desenho do que mais gostou de aprender na sequência.

RESULTADOS

As crianças foram informadas que deveriam trazer um pote de sorvete de dois litros decorado por elas, com ajuda dos responsáveis. No interior das caixas, deveriam colocar algo muito importante para elas, algo que considerassem como "um tesouro".

A maioria das caixas apresentou brinquedos que são dados como brindes na compra de alguns alimentos como, por exemplo, Mac Lanche Feliz e Kinder Ovo.

Somente duas crianças se distinguiram da turma ao levar fotos de familiares, sendo que uma criança alegou que foi sua mãe que montou sua caixa e a outra criança escolheu sozinha o seu tesouro.

As atividades foram organizadas para serem discutidas na grande roda e em pequenos grupos, de forma a favorecer momentos de interação.

A seguir um momento da atividade, quando uma criança mostra seu cavalo (brinquedo) que vem junto ao alimento (E indica pesquisadora e P1 e P2 duas crianças):

C1- Esse vem no Mclanche feliz.

P- É mesmo?

C1- Sim. Eu já tive um desse, mas o meu era marrom.

C2- Eles vêm no Mclanche feliz.

P- Quer dizer que você gosta muito de Mclanche feliz?

C1- Sim, eu gosto.

C2- Não, eu não gosto muito.

P- E você compra?

C1- Sim, minha mãe compra quando vamos assistir filme.

C2- Às vezes a minha mãe compra.

P- Mas você gosta do hamburguer do Mclanche feliz?

C1- Sim

C2- Não.

P- Sua mãe fica comprando porque quer o brinquedo ou porque você quer o lanche?

C1- Porque eu gosto dos dois e da batata.

C2- Porque eu gosto do brinquedo e da batata. Eu vejo na tv e quero brincar.

Na presente atividade, observou-se, que existem crianças que adquirem produtos mesmo sem ter a vontade de consumi-los, mas somente pelo fato de terem assistido alguma propaganda na televisão ou em outro meio de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi estabelecida as primeiras relações sobre questões socioambientais, em diferentes níveis de reflexão, através de rodas de conversa e aulas dialogadas.

A discussão chegou ao nível de algumas crianças entenderem a importância da redução do consumo e da reciclagem. Ao abordar as questões socioambientais no âmbito das discussões com as crianças, neste caso específico, a produção e o destino do lixo estamos favorecendo elementos de uma Educação Ambiental crítica, que vai para além da visão conservacionista e da visão pragmática.

As crianças demonstraram, ainda, apropriação e ampliação de vocábulos, conversaram sobre condições de trabalho em um aterro sanitário, trabalho infantil, e algumas crianças conseguiram articular os conteúdos com suas vivências, à medida que familiares trabalhavam com reciclagem.

Também foi possível às crianças visualizarem o funcionamento de um aterro, o desperdício de alimentos, o reaproveitamento do que é lixo para alguns ser útil para outros, as diferenças das classes sociais.

Trabalhar essa temática específica (consumismo) é de grande relevância, dada a situação em que as crianças já são consumidoras, além do que podemos estimular o olhar sobre outras formas de se relacionar com o meio, de maneira mais consciente, diferente do modelo de consumismo em que vivemos.

Pensar em atividades que contemplem a Educação Ambiental em uma abordagem crítica com crianças da Educação Infantil se constitui numa tarefa complexa porque não basta trabalhar os conceitos

É necessário pensar nas estratégias de ensino e aprendizagem adequadas, nas diferentes linguagens que dialogam com as crianças no sentido de exploração sensorial, problematização a partir de vivências cotidianas, brincadeiras, interações, resolução de problemas e possíveis reflexões.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. Disponível em:
<<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>> Acesso 15 out. 2020.

ANTONIO. Janaina Natali; GOMES. Marquiana de Freitas Vilas Boas. **A produção do espaço urbano e a questão dos resíduos sólidos**. Revista Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise. Curitiba: Editora UFPR. n. 16, 2008.

BIDONE, Francisco Ricardo Andrade. Introdução. In: BIDONE, Francisco Ricardo Andrade (org). **Metodologias e técnicas de minimização, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos urbanos**. Rio de Janeiro: PROSAB, 1999.

BRASIL, Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm> Acesso em: 18 set 2020.

_____. Lei nº. 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 18 set. 2020.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 14. ed. rev., ampl. e atual. em face da Rio+20 e do novo “Código” Florestal — São Paulo : Saraiva, 2013.

GADOTTI, **Pedagogia da terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GÜNTHER, Wanda Maria Risso. Poluição do Solo. In: PHILIPPI, Arlindo Jr; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (org) **Educação ambiental e sustentabilidade**. 1 ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

INSTITUTO ALANA. Criança e consumo. Disponível em:. Acesso em: 3.out.2020.

IPT/CEMPRE. **Lixo municipal**: manual de gerenciamento integrado. 1 ed. Instituto de Pesquisas Tecnológicas, São Paulo, Publicação IPT 2163, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y Política**. Barcelona: Península, 1976.

LOUREIRO. C. F. B. Proposta Pedagógica Educação Ambiental no Brasil. In **Educação Ambiental no Brasil**, 2008, p. 3-12.

MENDES, Beatriz. **Publicidade Infantil: proibir ou não proibir?** Carta Capital, São Paulo, 4.jul. 2012. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/sociedade/a-publicidade-infantil-em-debate>. Acesso em: 19 out. 2020.

SILVA, Marina. **Quando o comprar substitui o brincar**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3826439-EI11691,00.html>>. Acesso em 05 de out. 2020.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

**II CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO
IV COLÓQUIO DE GEOGRAFIAS TERRITORIAIS PARANAENSES
XXXVI SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL**

18, 19 E 20 DE NOVEMBRO DE 2020


UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA


Londrina-PR


Observatório de Região e
de Geografia de Curitiba


Universidade Estadual de Londrina
Laboratório de Geografia, Territórios, Meio Ambiente e Cultura

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

VIGOTSKI, Lev S. **A formação social da mente**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.